DIÁRIO DE BORDO

FELIZ ANO NOVO

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

LÁ SE vai 2018, deixando um importante legado de grandes mudanças para o País, sobretudo quanto ao resultado das eleições, nas quais o nosso povo mostrou cansaço do cenário político que tínhamos até então.

Além da eleição de um presidente com tendência mais conservadora, houve uma surpreendente renovação no Congresso Nacional: na Câmara dos Deputados, a renovação foi de 51,1%, a maior desde 1990, com uma substancial alteração na participação dos partidos políticos no fragmentado cenário. Partidos até então dominantes, como MDB, PSDB, PP, DEM e, até mesmo, PT, perderam posições em favor de outros, com destaque para o PSL – partido do presidente eleito –, que saltou de um deputado eleito, em 2014, para 52, compondo a segunda maior bancada, logo atrás do PT.

O setor agropecuário deixou, também, a sua herança: a inovadora proposta de um plano de Estado costurado a quatro mãos entre as instituições da cidade e as do campo e cujo objetivo é transformar o Brasil em campeão mundial da segurança alimentar até 2030. O "Plano de Estado – Brasil 2030" tem dez prioridades que valem a pena recuperar às vésperas de um novo governo que começará dentro de poucos dias. São elas:



- Avançar com reformas que garantam o equilíbrio das contas públicas, em especial a previdenciária, a tributária e a política;
- Priorizar o seguro rural e demais instrumentos de gestão de risco como instrumentos centrais para uma moderna política de renda no campo, mas sem esquecer a desburocratização do atual crédito rural, dando força total às cooperativas de crédito;
- Firmar acordos comerciais bilaterais com os principais mercados importadores de alimentos, como China, Estados Unidos, União Europeia, Japão, México e Coreia do Sul;
- Apoiar políticas que promovam a sustentabilidade do setor do agronegócio;
- Garantir segurança jurídica no campo, sobretudo quanto à questão fundiária e às normas trabalhistas;
- Fomentar a inovação tecnológica e aumentar o acesso do produtor a ela, inclusive desenvolvendo mecanismos de comunicação para o campo e, também, para a cidade;
- Fortalecer o sistema de defesa agropecuária, para que seja mais ágil e eficiente, reduzindo riscos de surgimento de pragas e doenças que reduzem a competitividade e eliminando fragilidades que tiram mercados importadores de carnes;
- Criar um ambiente regulatório transparente, visando impedir práticas monopolistas e, também, promover a livre-iniciativa, evitando tabelamentos e buscando recursos privados destinados à integração de modais de transporte, armazenagem e portos;
- Ampliar o volume de recursos para assistência técnica e extensão rural, tendo em vista a difusão de mecanismos de gestão e da consciência associativista e cooperativista, com ênfase no atendimento dos pequenos e dos médios produtores;
- Desenvolver programas que contribuam para a redução das emissões de gases do efeito estufa, como o RenovaBio na produção de agroenergia.

Com essa plataforma mínima, o agro terá um grande desenvolvimento no novo governo. ■